

Leonor Castellano: uma voz feminina na imprensa paranaense

Nincia Cecilia Ribas Borges Teixeira ¹

RESUMO

Escrever sobre a história das mulheres no Paraná significa pensar o sujeito mulher produzido em meio a tensões e contradições que se estabelecem em diferentes épocas, espaços e sociedades, além de desvendar as relações entre a mulher e o grupo, procurando mostrar que ela, como ser histórico-social, articula-se com os indivíduos, o corpo social, o mundo. A pesquisa promove um estudo da atuação de Leonor Castellano tendo como fonte principal a imprensa periódica e faz levantamento acerca da representação feminina salientando o processo de transformação que ocorre na sociedade paranaense durante o período estudado. Visamos contribuir para com os estudos relativos à História da Imprensa Paranaense e da História das Mulheres Paranaenses, no início de século XX, pretendemos discutir a construção do empoderamento feminino no cotidiano social veiculado por tais publicações.

Palavras-Chave: Imprensa paranaense. Leonor Castellano. Representação feminina.

1 IMPRENSA E ESPAÇO DE MEMÓRIA

A análise de jornais e revistas possibilita a observação de traços de valores, percepções e ideias em determinada época sobre diferentes assuntos, ficando claro, dessa forma, a relação entre mídia e construção de memória. Para Marialva Barbosa (2007), a mídia opera como uma espécie de memória escrita de uma determinada época, retendo aquilo que considera culturalmente como excepcional. Entretanto, isso não quer dizer que os discursos registrados nas páginas de jornais e revistas são a descrição da realidade. Significa dizer que o discurso midiático semantiza os acontecimentos e os fatos sociais, produzindo um saber que ordena sentido, que organiza modos de leitura influenciados pela percepção do presente. Nesse processo, entrelaçam-se vozes e saberes que, constantemente, estão em luta por legitimação no campo social.

Ao se constituir como documento, podemos pensar os meios de comunicação como um dos mecanismos contemporâneos de transformação do ausente no presente e, portanto, como lugar da memória contemporânea. Por outro lado, ao possuir o estatuto de texto, transforma-se em uma espécie de documento de época, regido pela convenção de veracidade necessária aos documentos – monumentos de memória. (BARBOSA, 2007, p. 51)

Numa cultura contemporânea dominada pela mídia, os meios dominantes de informação e entretenimento são uma fonte profunda e, muitas vezes, não percebida de pedagogia cultural: contribuem

¹ Doutora em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2005). E-mail: ninciaborgesteixeira@yahoo.com.br

para nos ensinar como nos comportar e o que pensar e sentir, em que acreditar, o que temer e desejar – e o que não. (KELLNER, 2001, p. 10)

Nosso interesse em melhor compreender o funcionamento da linguagem jornalística advém do fato de que, ao enunciar o feminino no bojo de uma sociedade marcada pelos valores da cultura patriarcal, produzem-se efeitos de sentidos que, de um lado, possibilitam-nos compreender a construção de alguns discursos fundadores e dos discursos (re)produzidos na atualidade; de outro, oferece importantes elementos linguísticos e discursivos que nos permitem analisar os vestígios que atravessam e constituem os movimentos identitários da mulher no percurso de sua história no Brasil.

A língua, entendida pelo viés discursivo, não é transparente; tampouco pode ser pensada isoladamente. A ideia de que há, de um lado, uma “evidência”, uma “verdade” e uma “realidade” na produção de sentidos e, de outro, um sujeito fundante, origem daquilo que diz, é uma ilusão, pois a produção de sentidos ocorre em função da articulação entre a língua e o discurso, e dessa relação participam, de forma constitutiva, os elementos sócio-históricos, a exterioridade. Isso torna impossível pensar que os sentidos possam ser literais, ou mesmo que possam ser qualquer um, já que a materialidade só produz sentido(s) porque está enraizada na história e resulta de práticas sociais. São, portanto, as condições de produção que regem a interpretação de qualquer discurso.

O sujeito, na esteira do pensamento pecheutiano, é interpelado em sujeito pela ideologia, pelo simbólico na história. Orlandi (1993) explica que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina. [...] essa identificação, fundadora da unidade imaginária do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são reescritos no discurso do próprio sujeito.

Ao considerar o discurso como o lugar de contato entre a língua e a ideologia, uma vez que a materialidade ideológica se concretiza no discurso, Pêcheux (1997) postula que os efeitos de sentido de um discurso dependem da formação ideológica a partir da qual o discurso é produzido. Isso porque o sentido de determinadas palavras depende dessas posições ideológicas, dos lugares sociais dos sujeitos que as empregam.

Os meios de comunicação são frequentemente apontados como vetores que vieram a oferecer, no mundo moderno, os estímulos e suportes mais poderosos para os rearranjos da identidade e da memória, e que irão proporcionar as transformações mais dramáticas nas relações espaço-temporais. A imprensa em seus discursos, suas formas, organizações e seleções do que deve ser dito e sob quais enunciados, é estruturada em dispositivos pedagógicos, a fim de conduzir condutas e a produção de si das mulheres, leitores em potencial.

Nas sociedades modernas ocidentais, frequentemente, compreendemos os acontecimentos do passado e mesmo do presente a partir de formas simbólicas mediadas, ou seja, por intermédio de livros, filmes e pela televisão. Diferentemente do que ocorre na interação face a face, o intercâmbio simbólico por intermédio da mídia permite um distanciamento espaço-temporal, um distanciamento da forma simbólica do seu contexto de produção e seu deslocamento para um novo contexto, com novas configurações espaciais e temporais. Soma-se a isso o fato de que a apropriação das formas simbólicas não se dá apenas no contexto inicial da atividade de recepção. É possível que se estenda

muito além, pois as apropriações são elaboradas discursivamente e compartilhadas por indivíduos que não participaram do processo inicial.

Os meios de comunicação produzem “uma ideia de história” e, neste processo, legitimam-se como lugar social. Não se pode, todavia, perder de vista que, ao registrar os fatos do cotidiano, os meios de comunicação engajam-se em operações discursivas de seleção e de atribuição de sentidos, orientadas por uma economia discursiva e por mecanismos ideológicos que lhes são próprios. Assim, as (re) interpretações podem provocar efeitos de sentido distintos: do esquecimento, ou do retorno de algum sentido antes silenciado, e inclusive a irrupção de um novo sentido, que poderá até vir a desestabilizar as configurações de poder. Configura-se, portanto, um campo de disputas de sentidos. Se, por um lado, a memória pode ser vista como uma conquista, é preciso que a reconheçamos também como objeto e instrumento de poder.

É a partir dessa perspectiva que as práticas discursivas da imprensa do século XX são tomadas como espaço de enunciação em que se constroem (e deixam vestígios) processos de subjetivação do homem e da mulher. Do ponto de vista da identidade e da memória social, o que se pretende, a partir da análise de um corpus heterogêneo, construído a partir de discursos publicados em diferentes periódicos, em momentos distintos da história, é perceber, em meio aos rituais enunciativos da imprensa, sinais de possíveis rupturas com o status quo e vestígios das transformações dos sujeitos e das práticas discursivas que os constituíram.

No discurso engendrado pela imprensa, pois, observa-se uma rede de elementos que se constituem em dispositivos históricos e pedagógicos especialmente no que tange a um ideal de masculinidades e feminilidades. A representação acontece levando em consideração diversos fatores, entre eles o local do qual o enunciador fala, sua posição social e a finalidade de seu discurso. Ator social ele produz um discurso que representa o ambiente em que está inserido e as normas sociais a que está submetido, da sua posição e da ideologia do lugar que ocupa (JODELET in CATTELAN, 2003, p. 82).

Uma representação social é, então, uma visão do mundo. Levando em consideração que os meios de comunicação trabalham com representações, a realidade presente neles é apenas uma versão do real, feita a partir de um ponto de vista dentro da sociedade. Por isso, não podemos considerar, por exemplo, que a mulher representada em revistas corresponda exatamente ao perfil de suas leitoras.

As culturas criaram padrões que são associados aos corpos, onde se entrelaçam conceitos, como sexo, sexualidade e gênero. O gênero deve ser considerado como uma construção de relações sociais nas quais atuam indivíduos e grupos, em que ser homem ou ser mulher não é um estado pré-determinado, mas antes uma condição que se vai construindo (CONNEL, 2002). Quando pretendemos analisar o que é ser masculino ou feminino, o corpo emerge como protagonista (LOURO, 2003), sendo o lugar de soberania do sujeito. Atualmente, o conceito de gênero ganhou novos contornos, sendo utilizado não só para distinguir as categorias “homem” e “mulher”, mas também para analisar a dinâmica das relações sociais entre essas categorias que, na verdade, é responsável pela construção social dos gêneros.

O gênero, também, é construção cultural sobre a diferença sexual, tendo o desejo como fator de descentramento. Os conceitos sobre gênero são constituídos a partir das relações de dominação e constituição do sujeito. Ao perpassar algumas teorias alguns estudos refletem sobre a relação com a sexualidade e a dicotomia feminino/masculino. Judith Butler (2003) compreende não apenas o gênero

como construído culturalmente, mas também o sexo, numa crítica à relação sexo/gênero fundamentada no feminismo.

As relações femininas com o mundo da leitura e da escrita é ponto de partida da pesquisa. O acesso feminino ao mundo das letras no início do século XX despertou o olhar para assuntos diversos que rondavam as cenas cotidianas das mulheres. O problema da pesquisa surge de uma tentativa de reconhecer a mulher como ser humano que deveria estar em igualdade de condições materiais e jurídicas com os homens.

A maior parte da imprensa feminina no Paraná, no início do XX, explicitou um discurso pedagógico que procurou normatizar as condutas femininas, orientando o comportamento que deveriam seguir. O modelo feminino divulgado estava de acordo com o ideal da mulher mãe-esposa-rainha do lar que a sociedade da época desejava consolidar. Ao buscar compreender o processo ideologizante das publicações femininas, é possível detectar o discurso subjacente às páginas que tratam de beleza, comportamento, conselhos sentimentais.

A imprensa feminina não altera os princípios do conformismo e convencionalismo, ao fornecer possíveis soluções para seus conflitos. O cotidiano da mulher é captado por tais publicações e a leitora acaba se vendo naquelas páginas, na conversa mansa, no retrato do seu dia.

Podemos entender as mídias como lugares de memória: formadores e armazenadores da memória social. Nora (1993) define o conceito de “lugares de memória” que, para ele, vão desde o objeto material e concreto, ao mais abstrato e simbólico. Dessa forma, os lugares de memória são locais, que podem ser materiais ou imateriais, em que a memória de uma sociedade se cristaliza e podem exercer papel fundamental na formação da identidade de um povo:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não existe memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter os aniversários, organizar as celebrações, pronunciar as honras fúnebres, estabelecer contratos, porque estas operações não são naturais [...]. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. (NORA, 1993, p.13)

A mídia é elevada, assim, ao estatuto de porta-voz oficial dos acontecimentos e da transformação do social, o que lhe confere, enquanto registro da realidade, uma certa ‘aura’. O jornalismo não só retrata a realidade e as suas transformações, mas também as registra e as deixa como legado às sociedades futuras. A mídia é a testemunha ocular da história. (RIBEIRO, 2005, p.115.). Ribeiro (2005) reforça a ideia do jornalismo como uma “arena de discursos”, onde uma pluralidade de vozes se manifestam, mostrando ou refletindo padrões de comportamento social. Essa “arena de discursos”, inserida nas revistas que serão analisadas, como fonte de pesquisa possibilita aos contemporâneos encontrar, através da interpretação dos relatos jornalísticos, um sentido do mundo que os cercava naquele período que ganhavam destaque na imprensa e, mais especificamente, as percepções que se constroem sobre o homem e a mulher, sobretudo no Paraná. No entanto, há publicações, como a coluna “Página Literária”, escrita por Leonor Castellano, membro do Centro Paranaense Feminino de Cultura e do Centro de Letras do Paraná, que se atrela aos assuntos do feminismo de “primeira onda” permitindo que muitas mulheres reivindicassem seus direitos sufragistas, trabalhistas, entre outros.

As publicações de Leonor Castellano representam um ato de tomada de um lugar para si, ligando-se, de certa forma, à ideia de empoderamento feminino. A partir daí a imprensa passa a ser um espaço de emancipação, em virtude de a mulher ter colaborado com sua escrita, ou seja, além de leitora ela foi também editora e escritora nesta imprensa.

IMPrensa PARANAENSE: LEONOR CASTELLANO E O DISCURSO ACERCA DA MULHER

O decorrer do século XX marcou uma inserção mais incisiva das mulheres nos espaços públicos, especialmente por meio do trabalho, do estudo e das organizações de mulheres, feministas ou não.

[...] Mas essas incursões não aconteceram de forma homogênea. Muitas mulheres correlacionaram sua “liberdade” aos papéis naturalizados de mãe/esposa, as quais dentro desses preceitos poderiam colaborar para com a formação da Nação, ao mesmo tempo em que conquistavam suas ocupações no mundo público” (ZOMER, 2011, p.10/11).

Segundo Trindade (1996), Curitiba, no início do século, tornava-se mais moderna. Ruas eram pavimentadas, edifícios eram levantados, indústrias começavam a se instalar, surgiam novas opções de lazer. Em meio a tanta inovação, a educação também se renovava, novas escolas foram instaladas e começaram a passar conhecimento à população.

[...] Nascidas no momento da disseminação do chamado “entusiasmo pela educação” do período republicano, elas corporificam a crença de que a multiplicação das instituições escolares conduziria a uma popularização do ensino, determinante do desenvolvimento das nações (TRINDADE, 1996, p. 21/22).

Ao mesmo tempo em que as escolas prometiam trazer conhecimento amplo para a população, um discurso nada moderno continuava a se espalhar. O que colocava a mulher no papel de mãe, esposa, voltada para o espaço interno e aos afazeres domésticos, portanto concedem as mulheres o direito de aprender, porém cobra o dever de educar-se. A forma de ensino muito tem a ver com o espaço de ensino, pois cada escola tem suas ideologias e que na maioria dos casos são divergentes entre si.

Na mulher republicana, a escola pretende desenvolver atributos que a tornem apta a exprimir uma face interna e intimista, voltada à manutenção da unidade familiar, e uma figura externa e pública que preencha os interesses da sociedade e da Nação. A primeira compõe a “mulher interior”, contida, restrita aos espaços domésticos e ao círculo da parentela; a segunda a “mulher manifesta”, aberta aos espaços do mundo social, do mercado de trabalho e da comunidade política (TRINDADE, 1996, p. 31).

Portanto, mesmo o ensino sendo uma nova oportunidade para a mulher, Trindade (1996 p. 31) aponta que, acabam por traduzir preocupações similares a respeito do “ser” e do “agir” feminino, privilegiando, frequentemente, a dimensão privada da vida e da educação da mulher. Resta, muitas vezes à mulher, mesmo à educada nos princípios salutarés do livre-pensamento, render-se a seu destino: “conforma-se aos contornos desenhados da mãe e da esposa e aceitar, juntamente com eles, as obrigações cotidianas do modelo doméstico feminino” (TRINDADE 1996, p.53).

A introdução da mulher nos trabalhos manuais era comum tanto nas instituições religiosas, como nas salas de estabelecimentos públicos ou nos ambientes da Escola Profissional Feminina. Etelvina

(1996) conta que além de prepara-las para perfeita execução dos trabalhos manuais como para a administração e o controle do bom andamento doméstico. Gradativamente voltada à “economia do lar” seguindo o padrão familiar urbano vigente desde o século XIX, a mulher está cada vez mais circunscrita aos manejos do espaço interior, ficando reservadas ao homem as atividades do mundo exterior. (TRINDADE 1996, p. 53)

Aos poucos e sem deixar de lado a sua função primordial, cuidar da família e do lar, a mulher paranaense do século XIX quando começa a frequentar as escolas, passa a fazer parte da sociedade.

[...] escola e sociedade, permitem à mulher a ocupação vigiada dos espaços públicos onde espera-se que seja adorno no lazer e nas artes, cooperação no trabalho rentável e esteio da construção nacional. Atrelada a essas funções, ela consegue transpor, finalmente, os limites da casa, tornando-se manifesta no mundo exterior. (TRINDADE, 1996, p. 62)

A mulher da sociedade é o reverso da mulher da família, é alguém que ocupa lugar efetivo e dinâmico nos espaços exteriores. A presença feminina começa a ser vista em lugares como cinemas, teatros, lojas. Segundo Trindade (1996), [...] Ela passa a agir, ao final do século XIX, em áreas até então vedadas ao sexo feminino: no mundo do trabalho, no campo político, nas manifestações populares. “Essas novas mulheres são parte ativa do movimento urbano” (TRINDADE, 1996, p.62).

Com o discurso de cidade renovada, Curitiba começava a dar seus primeiros passos para uma maior participação feminina nas esferas públicas. A capital paranaense, no início do século XX, período da primeira república, estava em busca de uma “identidade” paranaense e não foram poucas transformações socioculturais, políticas e econômicas pelas quais passou. A capital caminhava ao encalço do progresso, da civilidade, do desenvolvimento urbano e industrial e apesar da presença feminina ser maior na esfera privada, algumas mulheres encontraram na escrita uma forma de expressarem publicamente seus sentimentos e suas reivindicações. Entre elas está Leonor Castellano.

Jornalista, escritora, funcionária pública, professora honorária, intelectual, mulher, feminista esses são alguns dos predicados dados a Leonor Castellano, nasceu em Curitiba (PR) no dia 25 de outubro de 1899. Era filha de Francisca Wienonewski Castellano e Francisco Castellano, ambos portugueses. Sua educação escolar iniciou-se no Grupo Escolar Tiradentes, uma escola tradicional no centro de Curitiba que possuía uma grade curricular característica do início do início da República, que buscava formar cidadãos e cidadãs patriotas. Havia algumas distinções no ensino como aula de bordado e de “prendas” somente para meninas. O curso intermediário Castellano realizou na Escola Americana de Curitiba, uma escola particular na qual o ensino era voltado para uma formação intelectual de homens e mulheres, em que tinham acesso a diversas línguas, embora às mulheres eram destinadas algumas aulas relativas à economia doméstica.

Zomer (2011) assevera que a base escolar de Castellano, provavelmente junto a uma boa condição financeira, permitiu um conhecimento intelectual, o acesso a livros e revistas e o apreço pela literatura”. Na década de 1920, Castellano era conhecida socialmente, tinha um grupo de amigos que discutiam assuntos ligados à política e artes, na casa dela ocorriam encontros com nomes reconhecidos no campo das artes curitibana como Helena Kolody e Serafim França, um dos fundadores da Universidade Federal do Paraná. Foi também em um desses encontros na casa da jornalista que o feminismo passou a ser assunto de acalorados debates.

Zomer faz um levantamento sobre as atividades da jornalista e registra que no ano de 1924, Castellano foi efetivada na Secretaria da Fazenda no Paraná e, posteriormente na mesma Secretaria, como chefe de seção na área Financeira. A partir de 1930, começou a frequentar muitos clubes literários, paralelamente a seu trabalho. Foi justamente nessas reuniões e cargos ocupados que a maioria de seus ideais e códigos de comportamento para homens e mulheres foram divulgados, alguns deles já encontrados nos seus primeiros escritos de 1924. Em 1940, foi transferida para a Procuradoria da Fazenda, Consultoria Jurídica e Contencioso, aposentando-se em 12 de fevereiro de 1960. Ainda como funcionária pública administrou o Arquivo Público e organizou a seção de documentos da Biblioteca Pública do Paraná e da Biblioteca da Associação dos Funcionários Públicos do Paraná, demonstrando seu interesse pelo “mundo das letras”. A autora, no decorrer da vida, envolveu-se com trabalhos desenvolvidos em escolas, principalmente em amostras de artes e declamações de poesias, porém é provável que Castellano não tenha cursado o Normal.

Leonor Castellano conviveu com algumas conquistas alcançadas com a República, tais como: acesso ao ensino tanto primário, quanto secundário; uma sociedade mais intelectualizada. De acordo com Zomer (2011), havia discursos referentes às mulheres convencendo-as que os lugares ocupados nas escolas eram devidos ao tipo de participação que teriam na sociedade, como mulheres trabalhadoras em diferentes áreas, em um misto entre a modernização da Pátria e o local naturalizado delas no lar. Assim, é perceptível que a educação destinada às meninas embora mantivesse normas sociais vigentes, ampliou suas participações no processo de crescimento do mercado de trabalho. No caso de Castellano, um ensino intelectualizado em que ela poderia futuramente ter uma profissão ou a emancipação intelectual. Motivo pelo qual defenderia o acesso à Educação e de todas as profissões às mulheres.

Na década de 1920, Leonor Castellano publicou textos relacionados ao feminismo no jornal *Gazeta do Povo* de Curitiba, ambos tratando do assunto feminismo e que tem como interlocutor Sr. Flávio S. Lacerda (1903-1983), natural de Lapa (PR), foi engenheiro, um dos responsáveis pela unificação da Universidade do Paraná em 1950 e também reitor dela. Na época, tinha por volta de 21 anos e teria publicado algumas colunas que condenavam ações feministas. Castellano, por sua vez, utilizou o jornal *Gazeta do Povo* para contestar as afirmações de Lacerda. O primeiro publicado em 30 de Janeiro de 1924 com o título “O Feminismo”. E o segundo publicado em 19 de Fevereiro de 1924 também com o título “O Feminismo”.

Quem vos escreve, não tem título algum a recomendá-lo; não pertence a nenhum grêmio, grupo ou associação; não sabe senão rabiscar toscamente algumas linhas [...] Trabalho, caro Sr. e honradamente, mourejo em diversos misteres, sei somar, sei Economia Doméstica e Sou feminista. Não desejo me masculinizar porque compreendo a mulher tão apta como o homem e só reclamo o que de justiça nos pertence. (CASTELLANO, 1924, p. 1472).

O texto publicado, em 1924, permite-nos deduzir que a autora, ainda, não participava de nenhum grupo, ou associação “Quem vos escreve, não tem título algum a recomendá-lo; não pertence a nenhum grêmio, grupo ou associação” (1924, p.1472). Só a partir de 1930, passa a fazer parte do Centro Feminino de Cultura. Neste texto, Castellano defende o lugar das mulheres na vida pública, faz um registro sobre sua capacidade cognitiva “sei somar, sei Economia Doméstica”. Entre esses direitos, a curitibana fortalecia ainda o direito à educação e à participação na política. A partir de sua escrita,

observa-se que a participação de Castellano liga-se às tendências e demandas do feminismo no Brasil, que se organiza em meio às reivindicações pelo direito ao voto nas primeiras décadas do século XX. Ao afirmar que é feminista, demonstra que o “seu feminismo” relacionava-se ao direito à educação e esta relaciona-se à emancipação das mulheres.

A mulher é mui especialmente a mãe brasileira, consciente dos elevados e sublimes encargos lhes outorgados, em qualquer período da vida, na paz ou na guerra, no lar e na sociedade, não deixará nunca de ser o anjo tutelar de seus filhos, a organizadora de seu caráter. (CASTELLANO, 1924, p.1489).

Ao relacionar lar e sociedade “A mulher é mui especialmente a mãe brasileira, consciente dos elevados e sublimes encargos lhes outorgados, em qualquer período da vida, na paz ou na guerra, no lar e na sociedade” (1924, p.1489), é possível identificar que a autora reconhece o papel primordial pertencente à mulher na época (ser mãe e esposa), porém defendia que essa mesma mulher podia ser parte ativa da sociedade. Isso mostra a sua defesa em relação ao trabalho público que a mulher poderia ter. Castellano demonstra, portanto, a defesa pela inserção da mulher na vida pública, no entanto o discurso, ainda, resguarda-se na defesa dos cuidados da casa e dos filhos, e estes passam a competir com o desempenho profissional. Essas evidências se consolidaram nos anos vinte, quando a “nova mulher” passou a ocupar um lugar de destaque no trabalho e na realização pessoal.

Em outro excerto, é possível ver a sugestão de Leonor, para que também os homens passem a ajudar na criação dos filhos, já que o patriotismo era função de ambos. Para que assim as mulheres pudessem ter uma maior disponibilidade de estudar e trabalhar fora: “Ah! Os homens, os homens eles é que deveriam ser os anjos guias do lar.[...] Como estão trocados os papéis! No seu pessimismo negro e cego, ainda tem ideias de se transformar em chefe de polícia maluco para acabar com a afronta que o feminismo vem fazendo à moral da família brasileira!” (CASTELLANO, 1924,p.1489).

No campo da intelectualidade, por exemplo, os estudos vêm demonstrando que o ingresso da mulher no mundo das letras passou pela história da alfabetização e da leitura para evidenciar-se também no âmbito da escrita jornalística e da produção literária. Leonor Castellano, por exemplo, defendeu a Educação das mulheres, como outras de camadas abastadas, intelectualizadas ou mesmo mais simples, isto é, inconscientemente ou não, elas estavam abrindo caminhos, os quais foram solidificados no decorrer das décadas posteriores; um dos primeiros passos para que elas fossem emancipadas. A jornalista defende e incentiva uma maior participação das mulheres em diversos campos de atuação, tanto no trabalho, como nas instituições de ensino superior:

A mulher, em qualquer fase da vida, deve se aprimorar em qualquer trabalho útil à sua subsistência, e assim, em ocasião oportuna demonstrar o seu alto descortino moral, e não será a crítica despeitada dos antifeministas que a fará retrogradar no grande caminho já percorrido. Felizmente a mulher vai compreendendo, com lentidão embora, o quanto ela tem sido espezinhada em seus justos direitos. Sim a mulher, num esforço grandioso e belo, procura a sua emancipação intelectual e pecuniária, aí vem a grita dos rubros antifeministas, a chamá-la de ousada. Por quê? Dizem duas palavras, escrevem e se sustentam, eis o grande crime! (CASTELLANO, 1924:1489).

Castellano reivindica que as mulheres tenham o direito ao voto, o direito a casar ou não casar com quem escolhessem o direito a uma profissão. Ela mesma foi membro ativo do Centro de Letras Para-

naense, criado por Emiliano Pernetá, um lócus essencialmente masculino que demonstra um tempo em que a história literária paranaense estava se formando, Leonor Castellano foi o primeiro rosto feminino em meio a tantos masculinos no Centro de Letras, e, também, chegou ao cargo de presidenta. De acordo com Zomer (2013), apesar de ter participado do Centro somente nas décadas posteriores a sua fundação, já tinha mais de vinte anos na década de 1920, trabalhava em órgãos públicos, escrevia artigos e, portanto, conviveu com parte da época de efervescência literária em Curitiba. Ela definiu a palavra falada como algo que pode ser esquecido, mas a palavra que é registrada em um livro pode permanecer para sempre: “não há outro meio de o poder perpetuar, a não ser gravando-o no bronze, esculpindo-o na pedra, burilando-o nas páginas de um livro CASTELLANO, 1935, p.5)”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A VOZ EMPODERADA DE CASTELLANO

As publicações e os questionamentos de Leonor Castellano relacionam-se com o contexto que ela está inserida. Era uma mulher moderna, dentro de novos preceitos, não era casada, não tinha filhos, trabalhava em espaços públicos, porém não abandonava a defesa dos tradicionais papéis das mulheres, papéis defendidos e reforçados pela República, através de escolas e da literatura, mas foi também por meio desta mesma educação e da nova política que elas puderam alcançar a intelectualidade mais efetivamente. Castellano via que a mulher além de cumprir com o seu “papel primordial” poderia ultrapassar esses limites e estudar, trabalhar, tomar um espaço na sociedade. Suas publicações representam um ato de tomada de um lugar para si, ligando-se, de certa forma, à ideia de empoderamento feminino. Portanto, a imprensa passa a auxiliar nesse processo, já que além de leitora ela se torna escritora, editora, parte ativa no processo de disseminação de conhecimento, principalmente quando o assunto é o feminismo.

Em seus textos sobre a “missão” do Centro de Letras Paranaense, segundo Zomer, Castellano não se reportou ao envolvimento das mulheres. No entanto, foi um lugar onde ela destacou mulheres que também estavam formando o Brasil, ou trabalhando por ele. Mesmo que elas estivessem sob o respaldo do patriotismo, da noção de participação cívica dos anos de 1930-1950, foram mulheres que ocuparam espaços caracterizados até pouco antes como pertencentes aos homens. Apesar de não lembrar as mulheres que fizeram parte da fundação do Centro, o fato de ser mulher e de estar à frente deste demonstra como acreditava que a intelectualidade era mais uma opção para as mulheres estarem no mundo público.

Assim, o empoderamento de Castellano emerge de um processo de ação social no qual os indivíduos tomam posse de suas próprias vidas pela interação com outros indivíduos, gerando pensamento crítico em relação à realidade, favorecendo a construção da capacidade pessoal e social e possibilitando a transformação de relações sociais de poder. Envolve um processo de conscientização, a passagem de um pensamento ingênuo para uma consciência crítica. Conscientizar não significa manipular, conduzir o outro a pensar como eu penso; conscientizar é “tomar posse do real”, constituindo-se o olhar mais crítico possível da realidade; envolve um afastamento do real para poder objetivá-lo nas suas relações. A escritora paranaense ao dar voz, através dos escritos em periódicos, a grupos silenciados e marginalizados socialmente possibilitaram a narração histórica e literária a partir de outros e novos ângulos, contribuindo para o preenchimento de lacunas não contempladas pela história oficial

e para a emergência de versões sobre aquilo que o discurso oficial procurou calar ou ocultar. Nesse sentido, as histórias contadas por mulheres trazem à tona novos ângulos de enunciação, apresentando uma leitura alternativa da história, muitas vezes em confronto com a história oficial.

Leonor Castellano: a female voice in the press of Paraná

ABSTRACT

Writing about the history of women in Paraná means thinking about the woman subject produced in the midst of tensions and contradictions that are established in different times, spaces and societies, as well as unveiling the relations between the woman and the group, trying to show that she, as a social-historical being, articulates with individuals, the social body, the world. The research promotes a study of the performance of Leonor Castellano, whose main source is the periodical press and surveys the female representation emphasizing the process of transformation that occurs in the society of Paraná during the studied period. We aim to contribute to the studies related to the History of the Paraná Press and the History of the Women of Paraná, in the early twentieth century, we intend to discuss the construction of female empowerment in the social daily published by such publications.

KEYWORDS: Paraná Press, Leonor Castellano, female representation.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Marialva. **Percursos do olhar**. Niterói: EdUFF, 2007.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CATTELAN, J.C. “Matrix!?” In : R. BARONAS e M.R.GREGOLIN (Orgs.).

Análise do Discurso: as materialidades de sentido , 2ª ed. São Paulo, Editora Claraluz, p. 83-94.

CASTELLANO, Leonor. Página Literária. Curitiba: **Jornal Gazeta do Povo**, 1924, janeiro, n. 1472. Imprensa Moderna, 1933.

CASTELLANO, Leonor (1924). Página Literária. Curitiba: **Gazeta do Povo**, fevereiro, n. 1489.

CONNELL, Robert W. **Políticas de masculinidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Educação e Realidade – 20 (2): p. 185 – 206 jul/dez. 2002.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. São Paulo: EDUSC, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

NORA, Pierre. **Entre história e memória**: a problemática dos lugares. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

PÊCHEUX, M. & FUCHS, C. “A propósito da Análise Automática do Discurso :Atualização e perspectivas.” In GADET, F. & HAK, T. (org.) **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à Obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1997.

ORLANDI, Eni. **Discurso fundador**. Campinas: Pontes, 1993.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. “A mídia e o lugar da história”. In: HERSCHMANN, Micael; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **Mídia, Memória & Celebidades**. 2ª ed. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2005.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Clotildes ou Marias**: Mulheres de Curitiba na primeira república. Curitiba: Farol do Saber, 1996.

ZOMER, Lorena. **História de uma “boa feminista”**: trajetória intelectual de Leonor Castellano em Curitiba, 1924-1967. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2011.

BIOGRAFIA

Nincia Cecilia Ribas Borges Teixeira

Pós-doutora pela UFRJ. Doutora em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2005), Mestre em Letras pela Universidade Estadual de Londrina. É Professora Associada da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO-PR). Professora nos cursos de Letras e Comunicação Social. Coordenadora do Programa Mestrado em Letras da UNICENTRO. Coordenadora do Laboratório de Estudos Culturais, Identidades e Representações (LABECIR/UNICENTRO). Autora do livro: *A Escrita de Mulheres na Pós-modernidade e a Desconstrução do Cânone Literário*